



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0376/15	DATA: 23/04/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 10h19min	TÉRMINO: 12h32min	PÁGINAS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROMANCIL GENTIL CRETÃ - Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - Região Sul (APIB).
NURIT BENSUSAN - Especialista em áreas protegidas e colaboradora do ISA.
ROBERTO VIZENTIN - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio.
CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM - Coordenador-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

SUMÁRIO

Debate sobre o futuro das áreas protegidas no Brasil. (Requerimento nº 5/2015, do Deputado Edmilson Rodrigues)

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Bom dia, senhoras e senhores, caríssimo Deputado Edmilson Rodrigues. Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater o futuro das áreas protegidas no Brasil.

O requerimento para realização deste evento é de autoria do Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará.

É PSOL ou PPS?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - PSOL. É mais radical! PSOL!
(Riso.)

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Convido a ocupar a mesa os nossos expositores: o Sr. Romancil Gentil Cretã, Coordenador da Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil na Região Sul; a Sra. Nurit Bensusan, especialista em áreas protegidas; o Sr. Roberto Vizentin, que preside o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Sr. Carlos Eduardo Portella Sturm, Coordenador-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Convido a estar conosco o Deputado Sarney Filho, acompanhado do Deputado Estadual e seu herdeiro político Adriano.

Seja bem-vindo, Adriano, Deputado Estadual do Maranhão, também dedicado à causa ambiental.

O Deputado Sarney Filho é o Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista.

Prestados esses esclarecimentos iniciais, nós vamos conceder a palavra a cada convidado por 15 minutos e depois iniciaremos os debates. Desde já agradecemos e pedimos a cada convidado que observe o tempo proposto para a exposição. Há um cronômetro de contagem de tempo ao nosso lado esquerdo.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Servidores desta



Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções. Peço aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet em programas da Casa.

Esta audiência pública foi solicitada pelo Deputado Edmilson Rodrigues e tem o propósito de discutir justamente a situação das áreas protegidas no Brasil. Hoje a política nacional e a dos Estados têm nas reservas, nos parques, nas unidades de conservação uma forma efetiva de proteção dessas áreas.

O Brasil, todos sabem, é um país continental, é um país, como se usa hoje, “mega” em tudo, é “mega” em diversidade, mas também é “mega” em descaso de proteção de seus biomas, de suas florestas, de seus rios. Está aí o desastre da falta de água.

O Brasil exerce também um papel importante na questão das mudanças climáticas. Este final de ano, inclusive, o Brasil vai estar presente na Conferência de Paris e deverá assinar um acordo, que será fundamental para os próximos anos, no que diz respeito à sua política de proteção ambiental.

Não é preciso repetir, mas os senhores sabem que o Brasil, ao longo da sua história, praticamente extinguiu a Mata Atlântica, metade da Caatinga e está avançando no Cerrado. E a Amazônia ainda é um grande desafio ao poder público, sobretudo, e à sociedade no que diz respeito a tomar consciência e a proteger o que o Brasil tem de valioso.

Agora vamos debater o papel das comunidades indígenas e das comunidades quilombolas, que representam Áreas de Proteção, porque são áreas de proteção vivas. Essas pessoas vivem nessas regiões e dão até segurança, no que diz respeito a manter o território livre de invasões danosas ao meio ambiente. Mas essas comunidades também sofrem a necessidade de uma ajuda maior do poder público.



Nesse sentido, vamos ouvir os palestrantes sobre o que está sendo feito hoje pelo poder constituído, o poder do Estado, e pelos representantes dessas comunidades que estão vivendo o problema no local.

Estão aqui o representante do INCRA, instituto que tem uma reserva territorial imensa; o representante das comunidades indígenas e o Sr. Roberto Vizentin, que representa o Instituto Chico Mendes. A grande novidade da política ambiental, nesses últimos anos, foi a criação do Instituto Chico Mendes. Está aqui também a expositora Nurit Bensusan, especialista em áreas protegidas e colaboradora do Instituto Socioambiental.

Inicialmente, vou passar a palavra ao autor do requerimento, o grande ambientalista Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente Átila Lira, é uma honra tê-lo na presidência desta audiência pública.

Quero agradecer aos convidados a contribuição para este debate, que cumpre um papel, digamos, estratégico. O que se objetiva aqui, centralmente, é refletir sobre um projeto de futuro, portanto, um projeto de desenvolvimento para o País.

Faz-se uma grande confusão entre dois conceitos: crescimento e desenvolvimento. É possível que um país declare, nas suas estatísticas oficiais, crescimento do PIB, crescimento da pauta de exportação, crescimento até da renda *per capita*, que, por ser média, não significa que todos estejam ganhando; em geral, ocorre o inverso. Mas isso tudo não significa, necessariamente, desenvolvimento.

Esta audiência, por ser da Comissão de Meio Ambiente, a meu ver, cumpre esse papel. Não se pode falar em desenvolvimento social sem o seu par dialético, indissociável portanto, que é o equilíbrio ecológico, ou, poderíamos até dizer, o desenvolvimento ambiental. O aprofundamento da crise ambiental está sempre ligado ao aprofundamento da crise social. Não podemos falar em direitos ou em direitos humanos — pensemos, como diz David Harvey, em direito à cidade — sem pensar que este par deve estar harmonicamente estruturado: desenvolvimento social e equilíbrio ecológico, equilíbrio ambiental.

Vivemos um período histórico muito especial. O Brasil passa por um processo de reprimarização da economia, que é, realmente, muito significativo. Isso significa



dizer que o que sustenta hoje a economia e explica em grande parte a crise que vivemos hoje é o fato de sermos exportadores de *commodities*. Então, exportamos gado em pé até para os irmãos venezuelanos, para o Líbano e outros países.

O Pará, meu Estado, e a Amazônia como um todo, exporta fundamentalmente produtos primários ou semielaborados. Para se ter uma ideia, a mina de cobre da Serra do Sossego, inaugurada em 2004 — eu estive presente com o Lula —, tornou o Brasil superavitário em cobre. O período previsto para que a montanha de cobre desaparecesse era de 17 anos. Nós estamos há 11 anos, e praticamente já se esgotou o cobre, porque a intensificação da produção foi realmente muito significativa. Buscam-se outras fontes.

Em 1989, eu acompanhei uma visita de Lula, juntamente com professores e outros intelectuais, à Serra dos Carajás — era campanha de Lula. O ex-Governador do Estado, que depois ficou conhecido como Governador do PSDB no Pará, o Almir Gabriel, também participou dessa visita e lembrou quando se criticava a retirada do minério de ferro. Ele dizia: "Nós temos aqui quase 500 anos para a extração desse minério." Àquela altura, falava-se em 250 mil toneladas/dia; hoje, fala-se em 1,5 milhão de toneladas/dia. Então, multiplica-se por seis, sete, oito. Como são *commodities*, não há valor agregado e gera-se pouco emprego. Há uma destruição ambiental realmente muito significativa, tanto em relação ao minério como em relação à madeira. Não se pode falar, portanto, que isso seja desenvolvimento.

Quem leu as manchetes de ontem e anteontem soube que o IMAZON, instituto paraense que trabalha com sensoriamento remoto, divulgou que houve crescimento de 195% no desmatamento da Amazônia, entre março de 2014 e março de 2015. O instituto reconheceu que no período só analisou 47% da área florestal, porque nuvens carregadas inviabilizaram análise mais precisa dos outros 53%. E isso ocorreu apesar de toda uma preocupação demonstrada com o chamado desenvolvimento sustentável — aliás, esta Comissão é de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Esta reunião, portanto, cumpre esse papel. Não existem aqui fórmulas e verdades absolutas. Há gente séria que representa instituições que, dentro do Estado, cumprem um papel. Eu vejo que tanto no INCRA como na FUNAI e no Instituto Chico Mendes, a despeito de ser Estado e de haver uma lógica



predominante, há muita gente que luta internamente para construir um desenvolvimento verdadeiro para o País. Naturalmente que é importante ouvir também a voz de instituições que, embora não sejam governamentais, fazem investimentos em pesquisas e, portanto, falam com a força da ciência, do conhecimento sistematizado. É importante ao mesmo tempo ter a representação da APIB — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que na semana posterior realizou aqui, de forma tão bela e enriquecedora, um movimento pela diversidade brasileira.

Então, acho que estamos em bom momento. Por fim, quero dizer que não é de hoje a preocupação. A Revolução de 30 nos deu um Presidente, Getúlio Vargas, que trouxe duas grandes contribuições. Uma foi o Código de Águas, e a outra, no mesmo período, em 1934, foi o Código Florestal. Alguns conceitos, vejam bem, surgiram na primeira metade do século XX, mas foram consolidados em 1965, no Código Florestal, que recebeu mudanças importantes recentemente. Mas foram mantidas certas categorias e conceitos, como o das APPs — Áreas de Preservação Ambiental. Aliás, conceitos esses que foram incorporados na Constituição de 1988, especialmente o art. 170, inciso VI.

Então, esta audiência cumpre esse papel. Não somente debate os conceitos, mas, do ponto de vista institucional, vê o que está sendo feito, do ponto de vista das instituições não governamentais, vê quais são as preocupações, quais são os dados significativos, e, do ponto de vista dos movimentos sociais, particularmente dos povos indígenas, vê quais são as preocupações, qual é a dimensão da crise enfrentada hoje. Portanto, é visto de que modo esta Comissão pode ter essas matérias que aqui são trazidas e refletidas como um aporte para a formulação de normas, de leis, de projetos que ajudem a construir este Brasil justo e feliz.

Então, muito obrigado pela presença a todos.

Ainda quero fazer só uma justificativa, Sr. Presidente. Eu acabei de sair da presidência da Comissão de Finanças e Tributação, onde estamos conversando com o TCU. Marquei presença na Comissão sobre a PEC 215, que trata de demarcação de terras indígenas. Também marquei presença na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o sistema carcerário. Antes das 9 horas, marquei presença na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a PETROBRAS. E já falei na



tribuna, porque hoje a sessão começa de manhã, às 9 horas — por sinal, fui o primeiro inscrito. Isto é apenas para dizer que não só eu, mas grande parte dos Deputados estão tendo que se dividir. E nós não somos deuses, não temos o poder da ubiquidade.

No entanto, esta audiência é importante, com maior ou menor presença de Deputados, porque é um registro histórico. Tudo que aqui for falado, debates e contribuições, servirá de insumo para ações do presente, visando esse futuro justo e feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Antes de passar a palavra aos expositores, eu registro a presença do Deputado Sarney Filho, da Deputada Conceição Sampaio, do Deputado Ricardo Izar e do Deputado Augusto Carvalho.

Passo a palavra ao nosso Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil da Região Sul, Sr. Cretã.

O SR. ROMANCIL GENTIL CRETÃ - Primeiramente, bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão e os demais expositores.

No dia de hoje eu venho representando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, formada por cinco organizações regionais: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Eu represento a Coordenação Executiva pela Região Sul.

Mais do que nunca, para nós que vivemos na Região Sul, tudo o que acontece de ruim, principalmente no que se refere à questão ambiental, começa por lá. O principal acontecimento foi essa PEC 215, que saiu da nossa região. A Região Sul é uma região europeia, porque fomos colonizados pelos europeus. Não se trata só de direitos, não, mas de uma questão muito preconceituosa e racista, que ainda temos neste País, principalmente vinda da Região Sul, e esse preconceito vem crescendo. Agora, a última fronteira agrícola que eles têm que atingir seria a Região Amazônica.

O Brasil já está sentindo no clima as consequências desse desmatamento desordenado devido ao fato de não ter preocupação em preservar o seu meio ambiente, deixando muitas vezes para nós, povos indígenas, a responsabilidade. Muitas vezes, nós é que enfrentamos garimpeiros, madeireiros e principalmente o avanço do gado para cima dessas terras.



Há uma situação para a qual o País também não atenta. O Brasil, no meu entendimento, é um país que está terceirizado. O solo brasileiro está terceirizado, só que nós não atentamos para isso. Os Estados Unidos e os países da Europa e da Ásia não têm território para expansão da soja, enquanto o Brasil tem território para isso. Mas a soja desgraça os povos indígenas, quilombolas e todas as comunidades tradicionais que vivem da terra, principalmente os pequenos agricultores. Se existe um povo que alimenta o Brasil ele se chama pequenos agricultores, não são os ruralistas. Os ruralistas só alimentam porco, na Alemanha, e alimenta gado, na Holanda, com a soja transgênica, que, está comprovado, é cancerígena.

Eu tenho orgulho de ser indígena, de ser brasileiro. Todo brasileiro verdadeiro tem orgulho de ser brasileiro. Nós temos que entender que o nosso solo está terceirizado. Estes são os nossos maiores inimigos. Os financiamentos que vêm de fora, principalmente os que já ficam garantidos dentro do Congresso Nacional... Todo mundo tem acompanhado os financiamentos, principalmente os do Banco do Brasil e BNDES, ou seja, esses grandes bancos financiam esse desmatamento e a diminuição das terras indígenas no País.

Financiam também a diminuição do ambiente. Os povos indígenas não chamam de meio ambiente, mas de ambiente. Nós vivemos junto à floresta, junto aos animais, aos rios e aos peixes. Nós temos de sobreviver dentro daquele ambiente e nos adaptarmos a ele e não ele a nós.

Quando falam que os povos indígenas são um obstáculo ao crescimento do País, essa afirmação não é verdadeira. O que a gente não quer é um desenvolvimento em que só se beneficiam os ruralistas.

Se todo o povo brasileiro, quando elege as pessoas que vêm para esta Casa, fizessem as mesmas manifestações que nós temos acompanhado contra esse tipo de pessoas que não consultam os povos indígenas, não consultam os brasileiros para criar projeto de emenda constitucional para o País, o nosso País seria bem diferente. Mas nós brasileiros somos responsáveis por eleger essas pessoas como nossos representantes e depois, nunca mais, vamos atrás fazer as cobranças.

A PEC 215 é uma ameaça aos territórios indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, áreas preservadas, unidades de conservação, à redução de terras já demarcadas e homologadas, à revisão dessas terras, à revisão das



áreas protegidas, à revisão das áreas quilombolas. A PEC 215 representa uma desgraça para o futuro. Mais uma vez, a terceirização do nosso País, a partir da hora em que nós perdemos aqui dentro do Congresso, a partir da PEC 215, vai avançar para cima dos nossos territórios.

Nós, povos indígenas, sempre trabalhamos com a previsão do futuro, porque nós temos nossos filhos, que precisam de terras saudáveis, com o meio ambiente protegido. Dentro daquela terra ali, nós vivemos a nossa espiritualidade, nós tiramos a nossa medicina. A nossa cultura está envolvida com aquela terra. Eu sou kaingang, sou da Região Sul, uma região que era coberta de araucárias. Eu vim da Mata Atlântica, que está sendo extinta, como disse o Deputado.

É isto que está indo para cima da Amazônia. A gente também se esqueceu de falar do Pantanal. Hoje existe uma distância para se plantar próximo ao Pantanal. É uma desgraça destruir o Pantanal, a beleza que a gente acompanha, que a gente tem visto do Pantanal Mato-Grossense. A araucária, no começo do século passado, em 1900, era a riqueza do sul do Brasil. A minha cultura kaingang, o meu ritual, vem da araucária. Eu dependo dela para eu fazer o meu ritual, desde a pintura do meu corpo, da bebida que tomo. Hoje não existe mais araucária na Região Sul.

Quando se destrói uma floresta, não se tem noção do que vai ser exterminando ali dentro. Está sendo exterminada a cultura de um povo, destruindo um bioma. Muitas vezes não temos noção do futuro das próximas gerações. Nós, povos indígenas, pensamos sempre no futuro dos nossos filhos.

Hoje ainda, Sr. Presidente, a maior reserva de araucária do mundo está na minha aldeia, na Terra Indígena Mangueirinha, que fica no sudoeste do Paraná. Setenta por cento da minha terra é de floresta de araucária. Nós temos a maior araucária do mundo, que necessita de cinco homens para abraçá-la. Ela, que é muito alta, tem mil anos. Quantas gerações de kaingangs passaram por baixo daquela araucária? A Região Sul era coberta de araucárias, mas hoje não tem mais. Hoje somos 32 mil kaingangs. A cultura e o ritual kaingang era original da araucária. Quem destrói o meio ambiente e está lutando contra, querendo que passe a PEC 215, não tem noção da destruição que causará ao Estado brasileiro. Não é só para o Estado brasileiro, mas para o mundo.



Hoje nós temos consciência de que a Amazônia é o pulmão do mundo. Em São Paulo, por exemplo, vemos que falta água. Não precisa ser muito estudioso para entender que a umidade da Amazônia faz chover na Região Centro-Oeste e na Região Sudeste. Hoje vemos o resultado: o Brasil é campeão em assinar tratados internacionais, fazer leis, seja na Câmara, seja no Senado. Há lei para tudo. Mas o Brasil também não cumpre nada. Todo mundo quer assinar uma lei, mas não a cumpre. Não adianta leis, leis e leis, se você não as cumprirá.

O Estado brasileiro tem de atentar para o fato de que esta Comissão é importante. Ela é importante para debatermos e discutirmos a maneira pela qual o País vai crescer, vai se autossustentar, sem que o nosso território seja terceirizado. Quem sofre são as nossas crianças, acampados em baixo de lonas, na beira das BRs.

Setenta por cento da população do Sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul que hoje está embaixo de acampamentos é formada por crianças, que vão de zero a 11 anos. O restante, 30%, é de população adulta e de jovens. Então, quantas crianças hoje — queria falar um pouquinho dos agrotóxicos — sofrem com o uso dos agrotóxicos? Em outros países está proibido o seu uso, mas o Brasil é um país sem lei. Os agrotóxicos podem ser usados em qualquer momento. As crianças que moram perto das plantações têm feridas na pele porque tomam água dos rios por onde passam os aviões jogando veneno nas lavouras, contaminando os acampamentos. Muitas crianças hoje estão com problemas de pele devido aos agrotóxicos. O Brasil é um país sem lei; há muitas leis, mas não são cumpridas. Outros países, como os Estados Unidos, países da Ásia, da Europa, que são terceirizadores, proíbem essa prática, mas aqui é permitida.

São necessárias políticas afirmativas, e as leis precisam ser cumpridas. Acho que não é só a questão do Legislativo, mas o Judiciário também tem que ter essa postura. E o Executivo, principalmente, tem que cumprir e criar alternativas. Se há bilhões para a agricultura, para a soja, para o gado, por que não pode haver bilhões para a proteção ambiental, para terras indígenas, quilombolas, áreas preservadas, unidades de conservação? Temos que investir bilhões nessas áreas. Nós temos de ser paritários. Os grandes ruralistas dizem que isso vai alimentar o País. Eu não como soja, mas eu necessito do meio ambiente. Temos de ter bilhões para os



grandes ruralistas, mas temos que ter os bilhões também para a questão ambiental. Para que sejam feitos os melhores investimentos, é preciso, sim, uma política afirmativa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos a colaboração do nosso expositor Romancil Cretã, que representa os povos indígenas.

Quero registrar a presença dos Deputados Josué Bengtson e Evair de Melo. A presença do Deputado Augusto Carvalho eu já tinha registrado, mas o faço novamente. Já registrei também a presença do Deputado Ricardo Izar.

Passo a palavra à Sra. Nurit Bensusan, especialista em áreas protegidas e colaboradora do Instituto Socioambiental. *(Pausa.)*

A SRA. NURIT BENSUSAN - Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite da Comissão de Meio Ambiente, na pessoa do Deputado Átila Lira e, principalmente, agradecer ao Deputado Edmilson Rodrigues. Ele disse que estamos aqui pensando no futuro. A fala dele coincidiu completamente com o espírito da minha apresentação, tanto que eu coloquei nela o nome de *Uma máquina de fazer futuros*, porque o que fazemos hoje, no presente, é uma máquina de fazer futuros. Eu quero também cumprimentar os meus colegas de Mesa, o representante da APIB, o Vizentin, do ICMBio, e o Carlos, do INCRA.

Eu até pensei em vir toda vestida de preto porque, quando eu penso no futuro das áreas protegidas no Brasil, eu penso nisso. E realmente o que eu quero fazer aqui agora é tentar refletir com vocês por que o futuro das áreas protegidas no Brasil parece tão sombrio neste momento.

Antes, deixem-me dizer uma coisa a vocês. Eu trabalho com esse tema há 25 anos. Se alguém me perguntasse, 15 anos atrás, se eu acharia que eu estaria aqui, no ano de 2015, dizendo que o futuro das áreas protegidas no Brasil é sombrio, eu não teria acreditado. O que acontece hoje é que tudo o que nós vimos se consolidar nos últimos anos está se desmanchando no ar com uma facilidade indescritível, difícil de aceitar e de acreditar.

Nós pertencentes às organizações não governamentais, movimentos sociais, gente que vem lutando para a consolidação de terras indígenas, de unidades de conservação e de territórios de quilombo, estamos perplexos diante desse



retrocesso que existe hoje no Brasil. E é interessante porque esse retrocesso é amplo, não atinge só as áreas protegidas. Como o Romancil disse, isso está consolidado, cristalizado na PEC 215. Realmente parece que já estávamos muito perplexos, mas esse grau de perplexidade que a PEC 215 trouxe para o debate é incrível. É realmente estranho.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou tentar fazer uma reflexão de por que nós estamos nessa situação. Acho que temos três motivações, pelo menos, para estar nessa situação hoje. Vou explicar cada uma delas. A primeira é a dificuldade intrínseca; a segunda é a dificuldade de reconhecimento; e a terceira é a que eu chamo de maldição.

Primeiro, falo sobre a dificuldade intrínseca. Qual é a dificuldade intrínseca? A dificuldade intrínseca é a dificuldade de ter uma área protegida, a dificuldade de arrancar uma porção do nosso território da sanha predatória da nossa espécie — isso não é uma prerrogativa nossa, de brasileiros ou sul-americanos, é um problema que acontece no mundo todo —, de arrancar uma parte do território e dizer: *“Aqui vai ser diferente: aqui não vai ter mineração; aqui não vai ter agricultura — ou, pelo menos, não nos moldes habituais —; aqui não vai ter pecuária”*.

Fazer isso é muito difícil, tanto que o máximo que conseguimos fazer foi cercar uma área, mas ainda passamos o tempo todo lidando com o conflito que aquela área protegida gera. Ou seja, arrancamos uma porção do território da ação predatória da espécie, mas cotidianamente continuamos tentando lidar com o conflito, que acontece porque aquela área virou uma área protegida.

Os argumentos de que não devemos arrancar uma parte do território e reservá-la são péssimos: muita terra para pouco índio; precisamos de mais terras para a agricultura; a contestação dos direitos dos remanescentes de quilombos. Enfim, todos esses argumentos — e poderíamos enumerar muitos outros — são péssimos. Eles não são argumentos que se sustentam, e todo mundo sabe disso.

E daí vem aquela frase do Lutzenberger, que todo mundo já conhece, mas que sempre é uma facada: *“A criação de uma área protegida é uma confissão de suicídio. Uma sociedade que precisa proteger a natureza de si mesma não pode estar certa.”* É claro que essa sociedade está errada! É claro que o modelo que ela está adotando é equivocado! É claro! É claro!



A outra questão é a dificuldade do reconhecimento. A dificuldade do reconhecimento é a dificuldade de reconhecer que as áreas protegidas — unidades de conservação, terras indígenas, territórios de quilombos e muitas outras — têm um papel extremamente relevante. E não é por falta de dados que não temos esse reconhecimento. Por exemplo, quando olhamos a situação do desmatamento, vemos que o desmatamento acumulado nas terras indígenas é de 1,9% sobre a área florestada original nela contida. Isso, na Amazônia.

Se olharmos o desmatamento das unidades de conservação federais e estaduais, veremos que é mais ou menos da ordem de 2,1%. Quando olhamos para a situação fora dessas áreas, o número pula para 22,8%. Não estamos vendo aqui embaixo, mas essa é uma conta que o ISA — Instituto Socioambiental fez, baseada nos dados do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia até 2013.

Gostaria, portanto de dar a ideia para vocês de que não é que alguém ache que as áreas protegidas não colaboram para deter o desmatamento. Todo mundo sabe — todo mundo sabe! — que as áreas desprotegidas colaboram para evitar o desmatamento.

Quando olhamos para os serviços da biodiversidade, vemos que se acumulam dados sobre a conexão entre a cobertura vegetal e a qualidade e disponibilidade de água. Todo mundo sabe que existe relação entre a cobertura vegetal e a qualidade e disponibilidade de água. Quando falamos, por exemplo, das perdas da agricultura ligadas ao problema da polinização, há dados que se acumulam, que se aglomeram, que se amontoam. Ninguém duvida que haja essa relação! E todo mundo sabe também das perdas de solo, da salinização, da perda de fertilidade e da conexão disso com a conservação da cobertura vegetal e da biodiversidade! Todo mundo sabe!

Cada vez mais também os dados sobre o papel dessas áreas protegidas para mitigação, para adaptação no futuro, para lidar com as mudanças climáticas começam a se acumular. Ou seja, a nossa dificuldade de reconhecimento da importância das áreas protegidas não é por falta de dados. Não é!

Há outra dimensão das áreas protegidas que também tendemos a ignorar ou a fazer de conta que não estamos vendo. As áreas protegidas têm um papel importantíssimo em minorar, mitigar, a exclusão social. Isso acontece no campo.



Quando vemos a questão das terras indígenas e terras de quilombos, nem é preciso falar. Mas uma quantidade grande de modalidades de áreas protegidas, de unidades de conservação, como reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável, evidentemente estão fazendo diferença lá no campo, em termos de exclusão social e em termos de garantia inclusive de vida das pessoas no campo. Isso também é uma coisa documentada. Há vastas informações a respeito.

Então, quero dizer a vocês que a dificuldade de reconhecimento vem de uma concepção, não de um conjunto de dados. Não é que faltam dados sobre desmatamento. O que acontece é que evitamos esse reconhecimento a despeito dos dados de que dispomos. Então, apesar de todos esses dados estarem se acumulando, não temos amplo reconhecimento do papel das áreas protegidas. E é claro que isso faz toda a diferença.

O terceiro ponto, a que chamo de “a maldição”, é que o Brasil insiste em considerar sua natureza exuberante como uma maldição, da qual ele quer se livrar. E ele faz isso de todas as formas possíveis. Vemos isso na legislação, nas mudanças do Código Florestal; vemos isso na desconstrução de toda a legislação socioambiental; vemos isso cotidianamente nos discursos de todos nós. Não é uma prerrogativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mas, de todos nós, do setor privado brasileiro, da sociedade brasileira, como se o nosso passaporte para o futuro dependesse de deixarmos a nossa natureza exuberante para trás, de nos livrarmos dela. É como se houvesse uma incompatibilidade completa, irreduzível e fatal. *“Se não nos livrarmos dessas florestas, dessa biodiversidade, o caminho para o futuro será um caminho não tão brilhante quanto seria sem a nossa natureza exuberante.”*

Então, o que acontece é que o presente é uma máquina de fazer futuros, e o futuro que queremos depende do que estamos fazendo agora. Não adianta ficarmos achando que o futuro será melhor se não fizermos nada agora. Diante deste momento por que estamos passando agora, em que temos a desconstrução do marco legal socioambiental, que também é uma coisa sabida, podemos começar a enumerar uma quantidade enorme de leis, de dispositivos que têm sido alterados.

Podemos falar do Código Florestal, do projeto de lei de acesso aos recursos genéticos, do conhecimento tradicional do chamado “novo marco da biodiversidade”,



da PEC 215, e poderíamos enumerar vários outros. Então, temos esse cenário. Temos ainda a interrupção clara ou um ritmo muito mais lento da definição de áreas protegidas, sejam terras indígenas, sejam unidades de conservação, sejam territórios de quilombos, que veio num crescendo há alguns anos. Por isso eu disse no começo que, há 10 anos, se alguém me dissesse *“daqui a 10 anos você vai dizer que o futuro das áreas protegidas no Brasil é sombrio”*, eu diria: *“Não, não”*. Mas, claro, tudo o que é sólido, literalmente, está-se desmanchando no ar.

Então, temos várias iniciativas também que visam diminuir as unidades de conservação. Os dados são tantos! E no Instituto Socioambiental — ISA temos uma espécie de marcador de áreas que estão sendo diminuídas e desfeitas, cujo número vai crescendo a cada dia. É impressionante! Temos também um problema de fundo. É como se fosse uma escolha, mas, uma escolha de um futuro, uma escolha de um modelo de desenvolvimento, que é predatório, anacrônico e pouco criativo. E é um modelo que, parece, todos nós adotamos. Como eu disse a vocês, não é um modelo que estamos vendo aqui na Câmara dos Deputados ou no Congresso Nacional. Isso reflete o que a sociedade acredita.

Eu acho que o fato de a PEC 215 ter sido recebida, diria até acolhida, pelo Congresso Nacional da maneira como o foi reflete, claro, uma expectativa também da sociedade, que muitas vezes acredita naqueles argumentos de que há terra demais para pouco índio ou de que as unidades de conservação estão aí para atrapancar o progresso. Temos que entender que não temos um conjunto de unidades de conservação porque é bacana. Temos um conjunto de unidades de conservação porque é fundamental para um futuro melhor, um futuro com uma agricultura mais sustentável, com maior inclusão social, com a possibilidade teórica e prática de lidarmos com as mudanças climáticas, um conjunto de benefícios que sabemos que elas trazem.

E, claro, também há vários problemas. As unidades de conservação — melhor do que eu, o Presidente do ICMBio pode dizer — atravessam vários problemas de gestão e de orçamento, mas também há muitos outros problemas de fundo, que têm a ver com as terras indígenas e com os territórios de quilombo, como o preconceito e o racismo. Há um preconceito contra essas populações que vivem



nessas áreas. O próprio sistema de unidades de conservação no País trata as pessoas de forma diferente.

Poderíamos falar sobre isso várias horas, mas acho que não vai ser possível. Então, o que eu diria a vocês é o seguinte: diante deste cenário, o futuro das unidades de conservação, das terras indígenas, dos territórios de quilombo e das unidades de conservação no Brasil é, sim, muito sombrio. Com a PEC 215, como disse o Romancil, a situação fica muito mais grave. Vale dizer que ela já é muito grave. E isso não vai vir sozinho. Isso é uma máquina de fazer futuros. O nosso futuro vai ser sombrio, certamente, também, se escolhermos esse caminho. O futuro é uma escolha. Existem muitos futuros possíveis. Nós temos que escolher o que nós queremos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos à expositora Nurit Bensusan.

Passamos a palavra ao Presidente do Instituto Chico Mendes, Roberto Vizentin.

O SR. ROBERTO VIZENTIN - Faço uma saudação respeitosa a todos e a todas. Cumprimento o Deputado Átila Lira, o Deputado Edmilson Rodrigues, os demais Parlamentares presentes, os colegas de Mesa, Cadu, Cretã, Nurit. E temos que nos manifestar agora entre as sombras projetadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Em relação ao que a Nurit disse, você agora tem que mostrar que haverá futuro.

O SR. ROBERTO VINZENTIN - Eu começaria por opinar que nós não deveríamos negligenciar o alerta que ela nos faz. Essencialmente, acho que a problematização, no que diz respeito à situação atual e futura das áreas protegidas, corresponde, sim, a essa narrativa que chama a atenção para os riscos e, sobretudo, para as decisões que estão sendo tomadas neste momento. Disse bem a Nurit: o futuro é uma construção que se faz agora. E não há determinismo sobre ele. Portanto, ele depende muito das decisões tomadas no presente, decisões inclusive e especialmente, talvez, tomadas nesta Casa.

Com isso, quero agradecer à Comissão por esta iniciativa. Concordo que temos informações, dados, conhecimentos mais do que suficientes para justificar o



papel das áreas protegidas. Entretanto, acho que o próprio Poder Executivo e os órgãos responsáveis pela gestão dessas áreas não comunicam adequadamente e, em muitas circunstâncias, não mobilizam a sociedade brasileira em defesa da manutenção e da ampliação dessas áreas. Por isso, é importante repercutir isso, a partir da Comissão.

Eu quero fazer aqui um registro em consideração ao Deputado Átila Lira. Assim que ele assumiu a Presidência da Comissão, uma das suas primeiras iniciativas foi nos convocar — e convocou outras pessoas — não só para abrir a Comissão, como de resto tem sido a prática desta Comissão, mas também para nos ouvir sobre aquilo que considerássemos que pudesse ser elementos para uma agenda nesta Comissão. E eu fiz uma sugestão ao Deputado.

Eu quero então começar aqui a reflexão recuperando a sugestão que fiz ao Deputado. Não enfrentaremos, a nosso ver, esses desafios que estão colocados, essas ameaças e também as oportunidades associadas às áreas protegidas no País se não superarmos uma lacuna importantíssima do ponto de vista do futuro do nosso País, da Nação e do próprio desenvolvimento, que é a construção e a implementação de uma política nacional de ordenamento territorial.

Nós temos muitas políticas territoriais. Aqui mesmo, nós representamos uma delas, que é a política ambiental, especialmente no que diz respeito à criação de unidades de conservação. Está aqui o INCRA, as terras indígenas, enfim.

Há um conjunto de políticas que tem uma natureza territorial, porque elas interferem e definem o processo de apropriação, ocupação e uso do território, mas o País, de fato, não tem uma política nacional de ordenamento e gestão do seu território.

Sou testemunha de que, no primeiro Governo do Presidente Lula, liderado pelo então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, com a participação de outros e também do Ministério da Defesa, do Ministério do Meio Ambiente, etc., houve a iniciativa da construção dessa política. Chegou a ser elaborada. Chegou a ser encaminhada, inclusive, à Casa Civil da Presidência da República.

Entretanto, não teve o seu trâmite prosseguido, de tal maneira que nós nos ressentimos, ainda, justamente de uma visão estratégica do território nacional que supere a natureza setORIZADA e fragmentada das políticas públicas como um todo,



que possa, a partir dessa política, orientar, não só o poder público, mas a iniciativa privada, a sociedade brasileira, num processo ordenado de ocupação e uso do território.

Sem isso, aprofundando a provocação da colega Nurit, certamente, as áreas protegidas, por mais expressivas que sejam do ponto de vista do que elas representam em termos do território nacional, não serão suficientes para assegurar aquilo que é tão desejado como o elemento central de um futuro, que é a sustentabilidade. Agora, a sustentabilidade entendida no seu conceito originário, porque também se utiliza a ideia, o conceito de sustentabilidade, de sustentável, de forma tão abstrata e genérica que virou uma panaceia.

Conta-se a história de que os gregos, quando quiseram inventar um remédio que curasse todos os males, chamaram esse invento de panaceia. Assim virou também a questão de sustentabilidade. Aplica-se a todas as dimensões da vida, quando essencialmente sustentabilidade é justamente a capacidade de os sistemas naturais proverem os serviços ambientais essenciais para toda e qualquer atividade produtiva e econômica.

Sem essa capacidade de funcionamento e manutenção dos sistemas naturais, nenhuma sociedade poderá, a médio e longo prazo, progredir. E nós estamos rodeados de exemplos em que vários sistemas naturais, ocupados de forma desordenada e predatória, poderão colapsar.

Eu mesmo sou do Mato Grosso, cheguei à região norte do Estado, depois de ter nascido entre os caingangues, lá no Xanxerê, na Terra Indígena de Chapecó, no Toldo Velho, Toldo Chimbanguê. Dos meus quatro irmãos, três são nascidos na terra indígena.

Os colonos, à época, então, tinham terras arrendadas e mantinham uma relação de dupla exploração em relação às terras indígenas, porque exploravam os recursos naturais e também a mão de obra das comunidades indígenas. A verdade é essa. Em determinado momento, o Governo transferiu todo o mundo para Mato Grosso e nos deixou lá.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Uma parte foi para o Pará também.



O SR. ROBERTO VINZENTIN - Uma parte foi para o Pará. Então, na década de 70, nós chegamos, em 1977, 1978, ao norte do Estado de Mato Grosso, onde abundava todo o tipo de recursos naturais. Hoje se enfrenta uma situação de absoluta crise já, inclusive de água, em um Estado tão rico!

Outra vez, essa ideia que nós sugerimos ao Deputado está na essência do próprio debate que nós estamos fazendo aqui. É necessário inserir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que tem a ver com o próprio pacto federativo, porque articula a União, os Estados e os Municípios dentro de uma abordagem mais ampla, que resgate a capacidade não só de planejamento, mas, sobretudo, de orientação dos investimentos dentro de uma lógica de ocupação ordenada do espaço como um todo.

Quero dar um dado, para ilustrar. Nós falamos muito — o Deputado Edmilson é da região, e ninguém está mais credenciado do que ele para descrever a realidade da Amazônia — dos desmatamentos e comemoramos também o fato de que a taxa de desmatamento tem decrescido, comparativamente em relação, por exemplo, ao marco de 2003, quando chegamos ao ápice de 27 mil quilômetros quadrados. Hoje, são 5 ou 6 mil quilômetros quadrados. Ainda é muito, evidentemente.

Mas não podemos perder de vista o seguinte: a taxa de desmatamento do bioma Cerrado já é duas vezes maior do que a taxa de desmatamento da Amazônia. E o Cerrado já perdeu mais de 50% de seu território. É a grande fronteira da expansão da agricultura. É importante que tenhamos também clareza e reconheçamos o seguinte: quando se fala que o Brasil é o celeiro agrícola, é verdade. E o Cretã chamou atenção para isso também.

A OCDE e a FAO lançaram cenários de crescimento demográfico e da necessidade de produção de alimentos. Em 2050, seremos 9 bilhões de habitantes no planeta, e será necessário duplicar a produção agrícola, independentemente de qualquer outra variável. Com exceção da África Subsaariana, especialmente de algumas outras regiões do planeta, a grande fronteira que possibilita a produção e a expansão da produção realmente é o Brasil. Então, estão certos os que dizem que isso aqui é um celeiro. Olvidam-se ou deixam de reconhecer que somos também um celeiro de biodiversidade. Por isso, somos um País megadiverso.



O grande desafio está justamente nisto: se nós teremos condições e capacidade de cumprir esse papel de aumentar a produção agrícola e pecuária, mantendo a nossa condição de país megadiverso, para o qual as unidades de conservação e as áreas protegidas, terras indígenas, quilombolas, os assentamentos sustentáveis — e o Carlos Eduardo vai trazer os dados aqui —, contribuem muito. Mas, de novo: não serão suficientes para assegurar essa base de sustentabilidade para a economia, para o crescimento, para o País continuar nessa trajetória. Somos a sétima potência econômica do planeta, em que pese a crise conjuntural, mas tudo indica que é inexorável ao País continuar crescendo. Teremos ou não capacidade de fazê-lo, assegurando os direitos sociais, os territórios dessas comunidades, muitas delas abrigadas e defendendo essas áreas protegidas, inclusive as unidades de conservação.

São 70 mil famílias, Cretã, que vivem nas reservas extrativistas, muitas delas no litoral do Pará, Estado do Deputado Edmilson, que tem ajudado, inclusive, na criação dessas áreas, nas florestas nacionais, que têm populações tradicionais, fora os assentamentos, as terras indígenas, os quilombolas demarcados e ainda a serem demarcados. Mas nós não conseguiremos estruturar e organizar, sem essa perspectiva mais ampla de uma estratégia de ordenamento da ocupação do espaço nacional.

Por isso eu insisto muito nessa tese. Alguém poderia dizer: mas por que não se refere mais especificamente às unidades de conservação em si? Afinal, são 320 unidades agrupadas nesses dois grandes blocos, de proteção integral e de uso sustentável, correspondendo a mais de 70 milhões de hectares. Essa é a área da agricultura brasileira, por exemplo.

É evidente que nós temos uma série de desafios da porteira para dentro, digamos assim, para cuidar dessas áreas já criadas, para assegurar a sua integridade, sua proteção. Mas vai ser uma tarefa inglória se justamente o seu entorno, se esses processos de expansão da própria fronteira agrícola, como aos que nos referimos agora, continuarem sem o enquadramento de um marco de planejamento da ocupação e uso do espaço do território. Daí a nossa insistência de que a própria Comissão, obviamente em diálogo com as outras instâncias do Parlamento, proponha-se a resgatar a construção dessa Política Nacional de



Ordenamento Territorial. É no marco dela que nós poderemos estabelecer em definitivo, inclusive, a conciliação de interesses e resolução de conflitos que estão postos aí.

É verdade: o País é grande e tem espaço ainda para expansão da sua produção. Mas nós temos que colocar em xeque o que todos dizem, desde a Ministra do Meio Ambiente, passando pela Ministra da Agricultura, pelos produtores rurais, pelos assentamentos, até os da agricultura industrial de grande escala, que é possível duplicar ou triplicar a produção sem derrubar mais uma árvore. Não é isso que todo mundo fala? Mas a Amazônia continua vindo abaixo. O Cerrado está sendo desmatado. Onde está a coerência disso?

Só na pecuária, nós temos 200 milhões de hectares ocupados por uma pecuária de baixíssima produtividade, com exceção de algumas regiões. Então, seria possível verdadeiramente ampliar a produção sobre essas áreas, sem diminuir a produção da pecuária. Ao contrário, ela aumentaria com ganho de produtividade.

É por essas e outras razões que eu entendo que nós temos razões para nos preocupar em relação às áreas protegidas, por tudo que já foi dito aqui pelos colegas que nos antecederam. Entretanto, nenhum país tem condições, tanto do ponto de vista das suas riquezas de ativos naturais quanto das suas instituições — temos a FUNAI, o INCRA, o ICMBio e esta Comissão —, para definir seu futuro e assegurar a continuidade da sua trajetória de crescimento como nós temos, mantendo a nossa condição de País megadiverso. E digo isso não só em relação à sua natureza, repito, mas também do seu caráter pluriétnico, em parte representado aqui, com distintas e variadas perspectivas de futuro, porque assim também devemos entender.

Não existe apenas uma narrativa. Cada cultura, cada representação coletiva dos diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira tem uma visão, tem uma perspectiva, tem um projeto de futuro. Nós podemos, evidentemente, com a contribuição das áreas protegidas, construir cada vez de forma mais sólida esse cenário, em que nossos ativos sejam preservados, inclusive como a única e essencial condição, para que tenhamos um futuro de paz e felicidade para toda a nossa Nação.

Obrigado, Deputado, pela oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos a participação do Presidente do Instituto Chico Mendes.

Antes de passar a palavra ao último expositor, representante do INCRA, eu registro a presença do Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo, do Deputado Roberto Balestra, do PP de Goiás, e do Deputado Rodrigo Martins, do PSB do Piauí.

Passo a palavra ao Coordenador-Geral do Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, o Sr. Carlos Eduardo Portella Sturm.

O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM - Bom dia, senhoras e senhores presentes. Bom dia, componentes da Mesa.

Agradecemos muito o convite da Comissão. Depois das excelentes exposições e de termos ficado por último, vamos tentar humildemente apresentar um pouco do que a reforma agrária traz. Vou fazer um recorte na Amazônia, mas trazendo um pouco do que a colega do ISA falou sobre o reconhecimento e um pouco do que, na abertura, o Deputado Átila Lira estava falando, que o INCRA tem uma reserva territorial muito grande e em como isso pode estar contribuindo nesse conceito de área protegida.

(Segue-se exibição de imagens.)

Os objetivos da apresentação são: contextualizar o histórico da reforma agrária na Amazônia; entender um pouco essa evolução da política de reforma agrária, trazer o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais; demonstrar a importância da inclusão dessas áreas no conceito de área protegida; e apresentar a estratégia da autarquia para implementação de políticas públicas nesses territórios.

A política de reforma agrária nasce no período da colonização, vamos dizer assim, e vai até 1984. Vamos analisar como se dá esse crescimento. Em 1985, há outro marco, que é o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Então, se até 1984 temos o período da colonização, em 1985 iniciamos o processo de reforma agrária em si. Em 1993, há a promulgação da Lei Agrária, que regulamenta os dispositivos constitucionais de reforma agrária. E, aí, há um amplo crescimento da criação de assentamentos no Brasil e na Amazônia.

Depois, há também a portaria do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, antecessor ao MDA, a qual limita a criação de projeto de assentamento em área de floresta primária. A partir de 2003, também se nota um crescimento



muito grande dessa política de reconhecimento de povos e comunidades tradicionais, não só pela criação de assentamentos, mas pelo reconhecimento de unidades de conservação, como áreas e público do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Temos a nossa sopa de letrinhas do INCRA: os projetos de colonização; os projetos tradicionais — no caso seriam “convencionais”; perdoem-me o lapso —; os projetos que chamamos de ambientalmente diferenciados, que são os assentamentos agroextrativistas, os de desenvolvimento sustentável e os assentamentos florestais. Também temos o reconhecimento de UC como uma categoria do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Isso é o que ainda temos na nossa base cartográfica dos projetos de colonização: até 1984, em Rondônia e no Acre, ao longo da BR-163, foi muito forte a colonização. Ainda temos essas informações geográficas na nossa base. De 1984 a 1993, antes da promulgação da Lei Agrária, já há um crescimento dos projetos de assentamento. Depois da promulgação da Lei Agrária, temos esse quadro. Entre 1993 e 1999, o crescimento de projetos de assentamento mais que duplica: de cerca de 300, 400 assentamentos para mais de 2000 assentamentos.

Depois de 1999, a política de reforma agrária toma outro rumo, e começamos a verificar isso. De 1993 a 1999, já temos a criação dos primeiros projetos diferenciados, que são os primeiros agroextrativistas. Ali no Acre, há o primeiro projeto agroextrativista antes mesmo da criação de uma RESEX, o PAE São Luís do Remanso, o primeiro projeto agroextrativista do País, em 1987, se eu não me engano. Chega-se a 1999 com no máximo 15 projetos de assentamentos agroextrativistas. O INCRA inicia essa política lá em 1986, 1987 e acaba virando um pouco de costas para ela, continuando o trabalho que se pode ver, trabalho de assentamentos convencionais.

A Ministra Izabella Teixeira viu essa apresentação há um tempo e falou que isso era uma apresentação catapora, de quantidade de assentamentos criados nesta década. E ainda vemos que hoje a maior parte do desmatamento em assentamentos é de assentamentos criados nessa década; mesmo hoje são concentrados aí.



Depois do ano 2000, há esse quadro em que eu queria me deter. No ano 2000, é inegável como a política de reforma agrária rumo em direção à sustentabilidade no reconhecimento de todas essas unidades de conservação, destacadas em verde, e na ampliação dos assentamentos diferenciados, que são os agroextrativistas, os de desenvolvimento sustentável e os sete da modalidade florestal, a qual evoluiu muito. Enfim, 61% de toda área até 1999 eram de assentamentos convencionais. Eu peço desculpas, porque o arquivo, na hora de converter em PDF, deve ter se desconfigurado. Mas o importante é que, até 1999, 61% da área eram de assentamentos convencionais, que respondiam por 86%, 88% das famílias.

Agora, pós 1999, em 2014, chega-se a 18% de toda a área da reforma agrária na Amazônia em assentamentos ambientalmente diferenciados, além de se ter mais 40% dessa área em unidades de conservação reconhecidas para o Programa Nacional de Reforma Agrária. O que significa esse reconhecimento? Permite a aplicação das políticas públicas de reforma agrária: antes basicamente o crédito e a construção de moradia; hoje já avançamos para assistência técnica e infraestrutura, e a política tende a ampliar para essas áreas de unidade de conservação, porque a dos assentamentos já é a nossa praia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM - Vamos lá. Em 2003, tivemos uma portaria interministerial que fez o reconhecimento das unidades de conservação no Programa Nacional de Reforma Agrária.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM - Obrigado, Vizentin. São unidades de conservação de uso sustentável. Peço perdão.

Só recordando que eu tinha colocado aqui e acabei não chamando atenção para isto: RESEX, RDS, FLONA e florestas estaduais. São essas que estão ali. Então, hoje em dia, temos 58%, quase 60% da área do Programa Nacional de Reforma Agrária na Amazônia se não compostos apenas por unidades de conservação reconhecidas, também por assentamentos agroextrativistas.

Daqui a pouco, vou fazer um parêntese sobre os agroextrativistas, mas por aqui temos uma ideia do mapa total. Não há como elaborar esse mapa sem lembrar



o nosso colega Roberto Vizentin, que coordenou o trabalho do MacroZEE da Amazônia. As duas unidades estão representadas ali: a mais clara é a contenção de frente de expansão de agropecuária e a mais escura, acima, a defesa do coração florestal. Esse é o retrato de toda a reforma agrária na Amazônia.

Agora, se fizermos o recorte a partir do ano 2000, temos isso aqui, ou seja, todo um trabalho de reconhecimento de unidade de conservação e criação de projeto de assentamentos adequados ao que diz o MacroZEE da Amazônia. Não se enganem, porque o INCRA utiliza esses instrumentos para a criação de projetos de assentamentos na Amazônia, como o MacroZEE. Então, temos hoje, fazendo um recorte para os projetos agroextrativistas, 10 milhões de hectares onde vivem 98 mil famílias.

Está bem que há mais um assentamento ou outro ali de Minas Gerais, da Bahia, de Sergipe que também já começam a incluir essas modalidades de assentamento nas suas superintendências regionais. Mas nós temos 98 mil famílias em 10 milhões de hectares na Amazônia de povos e comunidades tradicionais, com seu território reconhecido pelo Estado brasileiro, que contribuem, no caso do INCRA, da reforma agrária, para a questão da conservação ambiental.

Então, o que nós trazemos é a importância de essas áreas entrarem no conceito de áreas protegidas. Por isso, de pronto, atendemos ao convite da Comissão. Primeiro, para demonstrar um pouco, com dados consistentes, que a política de reforma agrária toma outro rumo a partir do ano 2000, muito embora tenha sido duramente criticada. Mas aí estão os números que provam. Essa reserva territorial, como o Deputado Átila Lira colocou, esta aí: são 10 milhões de hectares e 98 mil famílias.

Nós tínhamos em torno de 15 projetos diferenciados até 1999. Agora nós temos 518 projetos. Nem todos são PAEs. Os PAEs são em torno de 380 ou 400. Enfim, todos esses projetos são ou de desenvolvimento sustentável, ou agroextrativista, ou florestal. Então, trata-se de um crescimento absurdo do ano 2000 para cá, principalmente de 2003 para cá, com o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária. E temos que encarar essas áreas e essas populações por sua contribuição à conservação dos recursos naturais da Amazônia e trazê-las para o conceito de áreas protegidas.



Da mesma forma que o INCRA e o MDA reconhecem essas áreas no Programa Nacional de Reforma Agrária, também poderia haver a recíproca de reconhecer essas áreas no Programa Áreas Protegidas. Inclusive, já há iniciativa interna, processos administrativos internos do INCRA questionando a nossa Procuradoria sobre a possibilidade da inclusão dessas áreas dentro do ARPA, por exemplo. E não para por aí.

Eu queria fechar essa apresentação falando sobre o processo de inclusão, o processo de reconhecimento dessas áreas. A nova Presidenta do INCRA, a Dra. Maria Lúcia Falcón, num dos primeiros contatos com os servidores, proferiu palavras que tocam muito quem é servidor do INCRA e quem conhece a nossa missão. Segundo ela, o nosso maior patrimônio é a vida, e o nosso maior ativo é a terra. Esse é o INCRA.

Não há missão mais nobre para nós, servidores do INCRA, que militamos e vestimos a camisa da reforma agrária do que incluir por meio do acesso à terra. E é isso que estamos fazendo. Mas não basta incluir, ter um quadro de 10 milhões de hectares, 98 mil famílias, 403 assentamentos agroextrativistas; é preciso desenvolver. Devemos aproveitar as políticas públicas do Governo Federal para consolidar, para aperfeiçoar o desenvolvimento dessas comunidades com uma estratégia sustentável.

Por onde começar? Qual é o ponto de partida que o INCRA estabeleceu ao longo desses anos? O Programa Bolsa Verde, do Plano Brasil sem Miséria, atende hoje a 281 assentamentos dos 403 assentamentos agroextrativistas existentes. Ainda falta muita gente, temos um caminho pela frente para universalizar. Estão sendo atendidas 84 mil famílias e 281 assentamentos. Desde 2013, já iniciamos a contratação de assistência técnica. Fala-se muito de desmatamento, de comando e controle, mas temos que reconhecer o serviço prestado por essas comunidades para a conservação do meio ambiente.

O Governo tem esse programa de transferência de renda baseado na conservação ambiental, o Bolsa Verde, que é o que chega primeiro — as famílias inscritas devem ser inscritas no Cadastro Único para serem alcançadas pelo Bolsa Verde. A política do Bolsa Verde é, vamos dizer assim, o fio condutor. É assim que o INCRA tem entendido, junto com o MMA, com o MDS e todos os componentes do



Comitê Gestor do Programa Bolsa Verde. Onde há o Bolsa Verde obrigatoriamente tem que haver assistência técnica. O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda que tem que ter uma porta de saída, que é a assistência técnica, não uma assistência técnica convencional, mas específica e diferenciada para esse público e para esses assentamentos.

Nós já começamos, desde 2013, a contratação de assistência técnica para mais de 23 mil famílias de unidades de conservação e assentamentos agroextrativistas.

Sobre a ampliação, vai-se chegar a 25 mil famílias e 126 assentamentos que já contam com assistência técnica. Agora, a meta do INCRA é dar prioridade aos 281 assentamentos que ainda não têm assistência técnica. Será dada assistência uma assistência técnica condizente com o uso da terra e com o modo de vida daquelas comunidades.

Queremos mostrar um pouco a esta Comissão e a esta Casa que podemos, sim, dar uma contribuição muito grande para a conservação do meio ambiente dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Parabenizamos a Comissão e nos colocamos à disposição para prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Nós agradecemos ao Carlos Eduardo Portella, do INCRA, que trouxe esta novidade: a participação do INCRA na política do meio ambiente.

Queremos registrar a presença do Deputado Bolsonaro — a do Deputado Nilto Tatto já foi registrada.

Vou passar a presidência dos trabalhos ao autor do requerimento, o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Além de agradecer as contribuições, quero também esclarecer sobre qual pode ser o resultado de uma audiência como esta.

Uma audiência como esta pode resultar em normas, propostas de projetos, requerimentos de informação, dentre outras coisas. No primeiro mandato do Presidente Lula, o Ministério da Integração, juntamente com outros Ministérios,



desenvolveu um trabalho estratégico importante, que foi a produção da Política Nacional de Ordenamento Territorial. Algo como isso, certamente, poderá ser um desafio para esta Comissão. Podemos chamar os Ministérios envolvidos, recuperar os avanços acumulados e fazer pressão política para avançar mais no sentido de um ordenamento territorial baseado nesse esforço de planejamento.

O Deputado Sarney está inscrito depois do Deputado Nilto Tatto. Vou permitir a S.Exas. que falem; depois vamos ouvir os membros da Mesa. Antes, vou fazer minhas perguntas, para que sejam anotadas e respondidas posteriormente.

Falei esta pergunta ao Sr. Romancil Gentil Cretã. Em sua opinião, por que razão os povos nativos sul-americanos abandonaram cidades, como, por exemplo, Machu Picchu? Pergunta para os peruanos, não é? (*Riso.*)

Agora, vou ler a contribuição do participante Erasmo Neto. "*Prezados, por ter sido transportador de madeiras, sei da complexidade e da dificuldade da Comissão. Sugiro que se crie um sistema de comunicação direta entre Congresso e povos indígenas e quilombolas, transmitindo imagens via Internet, pois a imagem, muitas vezes, educa melhor a consciência*".

Agradeço a contribuição.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, quero cumprimentar os expositores. Estou feliz de estar aqui nesta Mesa. Trabalhei um bom tempo com a Nurit Bensusan.

Parabenizo V.Exa., Deputado Edmilson Rodrigues, pela discussão desse tema. Cheguei um pouco atrasado porque estava na Comissão que analisa a PEC 215.

Vou direto a duas questões. Peço desculpas, caso o Vizentin já as tenha abordado.

Primeiro, como está a implantação das unidades de conservação em relação aos planos de manejo? Estou levantando essa questão porque estudos do próprio Banco Mundial apontam o Brasil como o primeiro lugar para destino de turistas que querem ver a natureza.

No entanto, estamos muito aquém do potencial de faturamento com o turismo nas unidades de conservação. Talvez tenhamos dois ou três exemplos, como o



Parque Nacional do Iguaçu, o Parque Nacional da Tijuca e Fernando de Noronha, que acabam recebendo muitos turistas. A nossa população nem sabe que esses parques são unidades de conservação. É preciso divulgar isso e trabalhar para que a população brasileira se aproprie mais disso e entenda a importância da conservação desses espaços e o potencial que eles têm de geração de emprego e renda.

Eu tenho a impressão de que matando a galinha, que poderia gerar muito mais receita, muito mais emprego, mais desenvolvimento, contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento exportador de *commodities* que vem desde o pau-brasil. Nós ainda trabalhamos muito na perspectiva de o Brasil ser fornecedor de matéria-prima ou de recursos naturais para o mundo inteiro. Com isso, aos poucos, vamos acabando com esse potencial, que pode ser a nossa virada para nos tornarmos outro país, outra sociedade, inclusive contribuindo com o planeta como um todo, dentro dessa perspectiva da conservação. Nossa virada para um outro país, para uma outra sociedade, inclusive contribuindo com o planeta como um todo, nessa perspectiva da conservação.

Eu vejo que essa agenda da implementação das unidades de conservação está muito aquém daquilo que nós deveríamos fazer ou até poderíamos fazer para aproveitar esse potencial. Eu estou considerando o aspecto da receita para turismo e várias outras. Nós poderíamos olhar do ponto de vista da biodiversidade também.

Há outro aspecto, uma coisa com que já venho trabalhando na minha vida, inclusive no ISA. Tem a ver com os conflitos de populações tradicionais com as unidades de conservação. Trata-se de uma agenda diferente. Na própria exposição do INCRA foi colocada essa guinada, essa visão diferente de se pensar a reforma agrária, olhando essa questão ambiental. Ela incorpora um pouco esse conceito de entender o papel dessas populações tradicionais do ponto de vista da conservação, da agrobiodiversidade, como também, *stricto sensu*, da biodiversidade.

Estou falando isso porque coordenei, por exemplo, um projeto no Vale do Ribeira, região em que há a maior área contínua de Mata Atlântica que resta. Não temos Mata Atlântica sem gente lá dentro. É a região com a maior concentração de comunidades quilombolas do Estado de São Paulo e do Paraná. Portanto, está conservada justamente por causa dessas comunidades.



Estou citando este exemplo porque isso é comum no Brasil inteiro, não só nas unidades de conservação estaduais, mas também nas federais. Ali nós coordenamos também um projeto buscando o reconhecimento do sistema agrícola quilombola. Ali nós percebemos a quantidade de bens culturais que também estão associados ao sistema agrícola.

Isso também foi verificado em outras pesquisas, como a coordenada pela Profa. Cristina Adams. Ela coordena um trabalho importante sobre roças tradicionais e demonstrou, com toda uma equipe de pesquisadores, o quanto é importante a roça tradicional para a conservação da biodiversidade, não só da agrobiodiversidade, mas da biodiversidade também.

Essas populações têm um papel importante também do ponto de vista da conservação. No entanto, essas populações não têm o apoio necessário e muitas vezes têm conflitos com os gestores das unidades de conservação.

O Ministério do Meio Ambiente, pelo que sei, vinha fazendo um trabalho para assinalar onde havia conflitos, para tentar superá-los. Parece-me que esse trabalho ficou parado. Qual é a agenda que está proposta para superar esses conflitos e inclusive ter esse entendimento do papel que essas populações têm para a conservação? Que papel elas já tiveram, têm e podem continuar tendo?

Isso é importante porque dialoga com a primeira questão que apresentei, que tem a ver com a implantação das unidades de conservação. É muito comum essas populações ou comunidades verem as unidades de conservação como uma coisa ruim, como inimigas. Elas foram criadas ali, portanto coibiram, proibiram o desenvolvimento de suas atividades tradicionais. Muitos dos conflitos, por se sacarem recursos dentro dessas unidades de conservação, ocorrem justamente porque essas populações não veem as unidades de conservação como algo interessante para elas.

Contudo, as unidades de conservação têm um potencial muito grande de serem parceiras dessas comunidades, e de as comunidades serem também parceiras. Há grande potencial de serem parceiras inclusive da conservação, se as comunidades vissem as unidades como potencial para geração de trabalho e renda. Elas têm um potencial do ponto de vista tanto da biodiversidade quanto da cultura



que essas populações representam, mas também quanto à geração de emprego, trabalho e renda. Existe esse potencial para as comunidades.

Enfim, essa é uma agenda que, conforme verificamos, tem potencial muito grande para avançar do ponto de vista da conservação, mas também do ponto de vista do desenvolvimento dessas comunidades que estão no entorno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Agradeço ao Deputado Nilto Tatto.

Vamos ouvir o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues. Aproveito para congratular V.Exa. pela iniciativa de realizar esta audiência pública.

Infelizmente, Deputado Edmilson Rodrigues, nós temos uma agenda carregada. Hoje, no exato momento em que esta reunião estava acontecendo, nós tínhamos a reunião da PEC 215, a reunião do desarmamento — ou do armamento, pois para mim deveria ser do desarmamento, mas é, para a maioria, a do armamento — e esta audiência pública. Sinceramente, para mim esta seria a melhor reunião para ficar do começo ao fim, porque aqui eu poderia aprender, discutir e mais uma vez ouvir pessoas que defendem seus pontos de vista com razão científica e também moral. Contudo, infelizmente, cheguei aqui no final.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas, pelo que ouvi. Vou depois tentar ouvir na Internet as outras palestras, pois tudo está disponível na rede. Mas eu já cheguei ouvindo o representante do INCRA.

Eu fui Ministro do Meio Ambiente justamente em 1999, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique. A situação estava desesperadora. O Brasil estava no paredão das ONGs internacionais. Nós viajávamos muito. Eu viajei como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, na época, acompanhando o Ministro da Justiça Nelson Jobim. Quando chegamos a reuniões em Paris e Berlim, ouvimos: *“Queimem um brasileiro e salvem a Amazônia!”* Assim nós éramos recebidos.

O Presidente Fernando Henrique me chamou. Sabia que tínhamos um grupo que havia atuado na Constituinte firmemente, na elaboração do art. 225 — também participei da elaboração do art. 226, sobre planejamento familiar, fui Presidente de um grupo de estudos sobre isso. Então, S.Exa. me convidou para ser Ministro do



Meio Ambiente, para tentar tirar o Brasil dessa situação. Graças a Deus, nós conseguimos tirá-lo!

Uma das razões que nos possibilitaram implantar novas políticas foi justamente o questionamento dos assentamentos do INCRA. Na época, nós vimos que o padrão de desmatamento, Deputado Nilto Tatto, tinha mudado. Não eram mais os grandes pecuaristas os responsáveis pela maior parte do desmatamento — refiro-me ao ano de 1998 ou 1997 —, eram os assentamentos, que já respondiam por mais de 50% do desmatamento na Amazônia.

Nós fizemos grandes reuniões interministeriais. A partir daí, o INCRA, em comum acordo com o Ministério do Meio Ambiente, começou a modificar a sua política. Vejam que essa política continuou. Ocorre aquilo que a ex-Ministra Marina Silva, o ex-Ministro Carlos Minc e a própria Ministra Izabella Teixeira sempre dizem: na área ambiental, a redução do desmatamento se deu em função do acúmulo de experiências bem-sucedidas da não interrupção de políticas implantadas, e isso resultou na diminuição do desmatamento que hoje nós estamos vendo.

Infelizmente, o Congresso, por iniciativa desse grupo radical do agronegócio e dos ruralistas aqui, resolveu estabelecer um retrocesso na nossa legislação ambiental. Sinalizaram que o desmatamento estava liberado, tanto que o desmatamento voltou a crescer, conforme nós tínhamos exaustivamente alertado durante essas discussões.

Faço uma pergunta para o nosso Presidente do ICMBio, Roberto Vizentin. E quero louvá-lo, pois nunca deixou de estar presente. Aceitou todos os convites para os nossos cafés da manhã. Realmente, tem o nosso respeito e a nossa admiração. É um grande Presidente!

Sei das dificuldades. Os Deputados Nilto Tatto e Arnaldo Jordy — S.Exa. também foi Presidente da Comissão — sabem que todos os anos a nossa Comissão de Meio Ambiente coloca recursos para a regularização fundiária das unidades de conservação. É o primeiro passo para implantarmos definitivamente essas unidades de conservação.

Mas eu ouvi muito atentamente que existe a possibilidade de assentamentos diferenciados, agroextrativistas, transformarem-se em unidades de conservação, em



áreas de conservação. Eu acho interessante esse conceito. Eu gostaria que o nobre amigo pudesse se estender sobre isso.

Num momento como este, em que estão querendo acabar com as reservas indígenas — não é, Sr. Romancil Cretã? —, em que nós estamos passando por crise ambiental grave, mudanças climáticas, crise da falta de água no Sudeste, neste momento em que os ecossistemas e seus serviços são mais do nunca necessários, está-se querendo acabar com as reservas indígenas.

Na realidade, esta Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, é enrolação para poder acabar com a política indigenista, para não se criar mais nenhuma reserva indígena e para que possam ser diminuídas ou extintas as que estão criadas. Nós sabemos a correlação de força que temos aqui dentro do Congresso.

Neste momento, é importante nós dizermos que a maioria das reservas indígenas são mantenedoras desses serviços ecossistêmicos, ajudam a manter os biomas, ajudam a barrar o desmatamento. Assim, à medida que se fragilizam as reservas indígenas, atinge-se a dignidade do índio, privam-se os índios dos seus direitos históricos, privam-se os índios de terem a sua cultura viva, exterminam-se os povos — como a sociedade brasileira, em sua grande maioria, quer, já que são povos invisíveis dentro do Brasil.

Eu estava no LIDE, no domingo, com empresários paulistas. Era o Dia do Índio. Como sou uma pessoa ligada à causa, eu não poderia deixar de falar. Acho que somente uma pessoa teve tema mais difícil, o Ministro Eduardo Alves, porque S.Exa. tinha que defender a Presidente Dilma. Eu tinha que falar de índio. Foram as duas questões mais difíceis. Na hora em que eu falei sobre terras indígenas, foi aquela frieza!

Neste momento, portanto, é importante que nós ressaltemos — já que as pessoas não têm a sensibilidade de reconhecê-los — o valor histórico e a diversidade cultural com que nos brindou os povos indígenas. Já que isso não é possível, pelo menos que reconheçam a importância socioambiental, ecológica, de serviços ambientais que essas reservas indígenas e os índios prestam.



Por isso, acho importante que nós discutamos novas formas de unidade de conservação, que incorporem o trabalhador. Essa é uma questão que apresento à Mesa.

Agradeço e me desculpo por não ter ouvido as outras palestras. Tenho certeza de que foram muito ricas e explicativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Agradeço a contribuição, Deputado Sarney Filho.

Anuncio a presença de mais um Deputado, o Deputado Arnaldo Jordy.

Eu expliquei no início que o Deputado Nilto Tatto subscreveu requerimento meu na reunião da PEC 215, porque eu não poderia estar lá e aqui. São várias Comissões. Agradeço a S.Exa.

Há um problema. Eu recebi um bilhete que informa que começou a Ordem do Dia. O Sr. Presidente nos chama. Daqui a pouco, já haverá processo de debate e votação. Contudo, somos responsáveis por aqueles que nós cativamos. Nós os convidamos e cativamos. Agradecemos a presença e esclarecemos que não vamos terminar esta reunião no meio, mas no fim. Vamos concluir com dignidade a reunião.

Os Deputados já se manifestaram. O Deputado Arnaldo Jordy não se inscreveu, mas indago a S.Exa. se deseja fazer alguma consideração.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Peço só um minuto para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Primeiro, quero me desculpar pelo atraso. Eu ontem indaguei ao Deputado Edmilson Rodrigues se nós não poderíamos realizar a reunião mais cedo, porque hoje as coisas aqui estão muito esquisitas: estão acontecendo muitas coisas ao mesmo tempo.

Mas primeiro quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa de trazer a esta Comissão, mais uma vez, o tema das áreas protegidas e de ressaltar a necessidade de nós consolidarmos um conceito. Lamentavelmente, nós não o temos. O Estado brasileiro ainda não consolidou um conceito. O próprio Governo — o Deputado Sarney Filho e todos que militam na área sabem que isto não é deste ou daquele Governo — ainda disputa conceitos sobre a hegemonia de proteger esses ativos e desenvolver novas cadeias produtivas a partir desses ativos.



E há outra parte do Governo não quer nem ouvir falar nisso. Essa é uma dificuldade tão grande quanto a que o Deputado Sarney Filho encontrou lá: querer que a nata do PIB brasileiro se sensibilize com a causa indígena e com a proteção de ecossistema de fauna e flora e biodiversidade. S.Exa. é o homem das causas impossíveis!

Digo que nós precisamos ainda avançar na questão dos conceitos. Como o Brasil ou o Estado brasileiro enxerga essas coisas? Qual é o limite da disputa entre desenvolvimento pelo agronegócio e a contradição disso com preservação? Apesar das obviedades, os interesses econômicos ainda prevalecem. E é uma coisa meio irracional. Nós temos avançado, mas temos avançado muito pouco nessa questão da proteção de nossos ativos ambientais.

Mais do que isso, além de proteger, nós precisamos criar conceitos produtivos que possam dar uma alternativa para, no caso da Amazônia, o homem amazônida. O único bem com valor de mercado, portanto, que tem a ver com a satisfação das suas necessidades objetivas e materiais, é a madeira. Ao se dizer que não pode destruir, seja no assentamento, seja no trabalho clandestino do grande madeireiro, sem que se dê uma alternativa, sem que se lhe mostre que uma árvore em pé pode ser tão ou mais rentável quanto essa política irracional e predatória — mas que, muitas vezes, é a única possível —, estamos discutindo um debate meio pelo avesso, um debate que fica um pouco esterilizado. Por isso, acho que, além do desafio de ampliar os nossos conceitos, nós precisamos criar alternativas.

Por exemplo, o IMAZON agora renovou os dados, que nos assustam. O desmatamento na Amazônia — Mato Grosso, Amazonas, Rondônia, Pará e Tocantins, salvo engano, em ordem decrescente de agressão —, no mês de março, foi de 82 mil quilômetros quadrados. Absurdo é comparar os dados deste mês de março com os de março do ano passado, ocasião em que o desmatamento foi em torno de vinte e poucos quilômetros quadrados. Houve um crescimento exponencial.

De agosto de 2014 para março de 2015, ou seja, em 8 meses, o desmatamento foi de 1.716 quilômetros quadrados, o que equivale ao território da cidade de São Paulo. Para termos uma ideia de grandeza, corresponde a mais de 4 mil Maracanãs o desmatamento havido em 8 meses na Amazônia.



Nós precisamos correr, estamos atrasados nisso! Nós estamos destruindo o tesouro brasileiro: biodiversidade, água, floresta tropical, serviços ambientais que podem ser gerados e tantas outras coisas.

Deixo apenas este registro.

Mais uma vez, agradeço a todos os nossos convidados pela presença e parabênzo o Deputado Edmilson Rodrigues pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Agradeço ao Deputado Arnaldo Jordy pela presença e pela contribuição.

Vamos passar a palavra à Mesa. Antes, contudo, quero agradecer a todos, e os cito nominalmente.

Ao Sr. Romancil Gentil Cretã agradeço, desde já, a contribuição.

Agradeço à Sra. Nurit Bensusan, que representa aqui o ISA e fez uma exposição literalmente muito colorida, alegre e apaixonada.

Agradeço ao Sr. Roberto Vizentin, que tem grande responsabilidade. O Pará é recordista em áreas de reservas extrativistas. E lá há um bando de doidos apaixonados por caranguejos! E há muitas coisas novas lá, esperando pela decisão dos senhores.

Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo Portella Sturm as informações muito importantes, que ajudam a dirimir ou pelo menos evitar preconceitos, ainda que realmente seja necessário haver preocupação com os desvios, que sempre ocorrem.

Entre as contribuições várias, perguntas foram feitas. O Deputado Arnaldo Jordy levanta uma questão importante e conceitual. A Sra. Nurit deu uma contribuição importante: há dados, mas às vezes as pessoas fazem questão de desconhecê-los, para afirmar sua visão de mundo e seus projetos devastadores.

Quero concluir esta minha fala e passar a palavra aos senhores, chamando atenção à Constituição de 1988, que em seu art. 160 diz que são áreas de proteção permanente espaços, tanto de domínio público quanto de domínio privado, que limitam constitucionalmente o direito de propriedade, levando-se em conta sempre a função ambiental da propriedade. Há possibilidade de serem alterados, até suprimidos; o art. 225 prevê.

Há uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, criado no Governo Sarney, a Resolução nº 302, de 20 de março de 2002, que diz: a



APP tem a função ambiental de preservar — vejam a riqueza! — os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e flora; proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Então, é para o bem da humanidade, não é contra, ainda que alguns só pensem no lucro e não conseguem perceber a importância deste planejamento, que permita ao Brasil dizer que determinada atitude não é para destruir o País, para impedir seu desenvolvimento, mas para viabilizar realmente o futuro.

Enfim, há mais uma informação, que é do Código Florestal, a Lei nº 4.771, de 1965: consiste em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicos ou privados, urbanos ou rurais — essa dimensão urbana é fundamental —, cobertos ou não por vegetação nativa. A dimensão do turismo, na área tanto urbana quanto rural, acaba sendo um dos elementos importantes.

Vamos ouvir os convidados, na ordem do início. Os senhores têm a responsabilidade de ser o mais sintéticos possível.

Com a palavra o Sr. Romancil Gentil Cretã.

O SR. ROMANCIL GENTIL CRETÃ - É uma pergunta não muito difícil, mas também não muito fácil de responder. O Brasil hoje tem uma diversidade de povos indígenas, em torno de 305 povos, com mais de 270 línguas faladas, mas tinha 5 milhões de indígenas quando foi invadido pelos portugueses, e hoje não há mais do que 850 mil índios. Em Machu Picchu e também no Brasil, esses povos foram dizimados. Particularmente em Machu Picchu, os povos foram dizimados e os que hoje lá habitam não são originários da região, eu acredito.

Quanto a essa dizimação de povos, com assassinatos, quero citar uma questão minha, particular: o meu pai foi morto em 1980, foi assassinado. Acharam que nossa luta ia parar, na Região Sul, que os filhos descendentes dele iam parar a luta. Mas a gente está na luta. Estamos aí, estamos lutando, principalmente pela questão de nossas terras. Meu pai morreu por causa de terra, nos anos 1980. Nem assim os povos indígenas pararam. Meu filho está sendo preparado para continuar essa luta. Então, há a argumentação de sempre continuarmos a luta.

Eu queria só pedir algo ao Deputado Sarney Filho. Está meio difícil hoje para o movimento indígena falar com a Presidenta Dilma. S. Exa. diz que não nos recebe



porque não somos um movimento unificado. Mas há uma causa que nos unifica, a PEC 215. Isso unifica qualquer povo. Unifica as entidades indigenistas com os Deputados e os Senadores, que não são povos indígenas.

E nós também discutimos, desde 2004, uma política de gestão ambiental e territorial em terras indígenas, mas até hoje ela não assinou. A Presidenta da República está em seu segundo mandato, mas até hoje ela não assinou essa política. Acho que é por falta de caneta.

Então, Deputado, eu queria pedir a V.Exa. que levasse esta caneta, entregasse a ela e pedisse que assinasse a política de gestão ambiental e territorial em terras indígenas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Romancil, deixe-me falar: eu não tenho tanto acesso assim à Presidenta, mas está aqui o Deputado Nilto Tatto, que é do PT, e podemos pedir a S.Exa. que entregue essa caneta a ela.

O SR. ROMANCIL GENTIL CRETÃ - Entregue a caneta a ela para que assine não só a política de gestão ambiental e territorial, mas também o conselho. Hoje, há só uma comissão de povos indígenas, mas é preciso que seja criado o conselho. E é preciso principalmente homologar as 12 terras indígenas que estão na mão dela. Acho que o que está faltando é este materialzinho que se chama “caneta”, não é outra questão. Nós precisamos entregar isso para ela.

Não sei se consegui responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Respondeu. Não vamos dar caneta para o Deputado Nilto Tatto, porque S.Exa. está cheio de canetas ali, mas simbolicamente valeu. As propostas de criação do conselho e do Estatuto do Índio — esta que foi tão debatida esta semana — vão ser incorporadas, porque fazem parte do contexto deste debate.

Vamos ouvir o Sr. Carlos Eduardo. Estou invertendo a ordem, mas não há problema quanto a isso.

O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM - Quero fazer algumas colocações rapidamente em relação ao que disse o Deputado Sarney Filho, que mencionou a situação dos assentamentos de reforma agrária na década de 90.

Conforme eu havia dito, hoje nós temos diversas análises. Como a colega do ISA disse, dados não faltam. Temos diversas análises. Hoje temos uma análise



sobre como se distribui o volume de terras em relação às décadas, vamos dizer assim. Nós temos, na década de 90, algo em torno de 20% da reforma agrária, que hoje responde por desmatamento acumulado, de 2000 a 2012 — foi a última vez que nós fizemos essa análise —, em 60% de todo desmatamento. E está concentrado nos assentamentos criados na década de 90.

Aí nós entramos um pouco na pauta da ocupação da Amazônia e de tudo o mais. Mas hoje esses ainda persistem, e têm explicação. Corrobora com a nossa tese de que, a partir do ano 2000, nós realmente demos uma guinada à sustentabilidade.

Faço somente mais uma colocação. Em 1998 foi realizado o Terra que Te Quero Verde. Foi o início da agenda ambiental, o que eu não disse aqui na minha apresentação.

O Deputado Arnaldo Jordy nos traz a questão do uso. V.Exa. coloca que, se não se der alternativa, a degradação vai continuar e o desmatamento vai continuar, porque as famílias precisam viver. Nós concordamos com essa tese.

Para isso, dentro dessa assistência técnica que estávamos apontando, esclareço que nós já estamos na iminência de um acordo de cooperação com o Serviço Florestal Brasileiro, já para trazer para as chamadas públicas de assistência técnica e extensão rural a elaboração de um plano de manejo florestal sustentável para as comunidades. É aí que nós travamos a entrada do madeireiro ilegal dentro do assentamento. A partir do momento em que o Estado brasileiro começar a trabalhar a elaboração de planos de manejo florestal para uso racional da floresta, para manter a floresta em pé e dar destinação e uso, podemos avançar.

Assim, isso estaria conforme aquele último eslaide que eu apresentei, que mostrou o Bolsa Verde, a política de assistência técnica e, dentro dessa assistência técnica, algo que seja especializado em elaboração de plano de manejo florestal. Esses são passos que a política de reforma agrária vem dando para apoiar a conservação da biodiversidade e o uso sustentável das nossas florestas.

No mais, agradecemos ao Deputado Edmilson Rodrigues a oportunidade e o parabenizamos, mais uma vez.

Continuamos à disposição para os esclarecimentos que forem necessários à Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Agradeço. Leve nossos abraços e agradecimentos a toda a equipe.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Vizentin.

A rodada da Mesa será concluída por uma mulher, em homenagem às mulheres.

O SR. ROBERTO VIZENTIN - Serei específico. Nós precisamos de nossos Parlamentares combativos em outras frentes, não é? Então, vamos contribuir para encerrar a sessão.

Deputado Nilto Tatto, a Ministra Izabella Teixeira estabeleceu como uma das mais altas prioridades da sua gestão a ampliação do uso público nas unidades de conservação. Então, todo o esforço do Instituto Chico Mendes tem sido justamente corresponder a essa diretriz, a essa determinação, a rigor. Por isso, temos orientado o processo de regularização fundiária, por exemplo, prioritariamente para essas áreas potencialmente aptas à visitação e ao uso público. Estamos priorizando, concentrando esforços para a elaboração dos planos de manejo dos parques nacionais e demais unidades com esse propósito, de tal maneira que as suas palavras correspondem, sim, a uma realidade e nós estamos efetivamente investindo recursos humanos e financeiros e determinação política para fazer com que esse potencial referido seja plenamente realizado.

Eu me comprometo a encaminhar ao seu gabinete, bem como à Presidência e aos demais Parlamentares da Comissão, informações complementares sobre o andamento, sobre esses planos de manejo, sobre quais são essas áreas priorizadas e sobretudo sobre nossas parcerias com o Ministério do Turismo. Pela primeira vez, nós estamos observando neste País uma convergência da política do turismo com a política ambiental, sobretudo no que diz respeito ao potencial do ecoturismo ou do turismo de base sustentável nas áreas de conservação. Nós temos uma perspectiva muito positiva em relação a isso para enfrentar esse passivo que nós temos, digamos assim.

Com relação ao outro aspecto da sua intervenção, que tem a ver com os conflitos, as interfaces sobre posições territoriais, Unidades de Conservação, terra indígena e quilombolas. Nós reconhecemos que essa situação tem prejudicado inclusive essa aliança estratégica de fundo que naturalmente tem que trazer, para o



mesmo campo, as populações indígenas, os quilombolas, as populações tradicionais e a área de conservação, porque a causa é comum. Trata-se de formas de apropriação e uso do espaço, não apenas de forma coletiva, mas sustentável em relação aos bens da natureza, mas têm preponderado justamente os conflitos, porque reconheço, e talvez a Comissão possa dar uma contribuição, nem sempre o Executivo tem a agilidade ou a capacidade de resolver esses problemas.

Temos hoje um diagnóstico, um levantamento, uma clareza sobre onde estão essas posições tão colocadas e, repito, nós temos mais convergências do que divergências. Então, é possível, sim, num esforço entre os órgãos do Executivo, com a participação direta das Lideranças, com a mediação, quiçá, do próprio Parlamento, dos Parlamentares comprometidos com essa causa, nós encontrarmos uma solução em que o resultado seja o seguinte: a diminuição e a superação dos conflitos com mais proteção. Nós podemos conciliar esses espaços territoriais legitimamente demandados por comunidades e povos indígenas com as metas e a perspectiva da conservação.

Isso não quer dizer que todas as situações sejam passíveis de solução. Nós temos “n” realidades e nós estamos à disposição para expressá-las com toda a transparência que for necessária, mas entendo que não podemos mais ficar nessa cilada, digamos assim, de dar apenas, ou mais, visibilidade para essas situações de conflito, quando deveríamos estar todos marchando sobre o mesmo propósito, que é assegurar a proteção desses territórios que, em definitivo, resultariam em maior proteção ambiental e em direitos sociais conquistados pelos nossos trabalhadores e populações tradicionais, povos indígenas.

Por último, sem mais delongas, uma referência ao que disseram o Deputado Arnaldo Jordy e também o Deputado Sarney Filho, com relação à proposta de considerar os assentamentos sustentáveis da reforma agrária como áreas protegidas. Eu entendo ser esta uma tese, uma proposta, uma possibilidade muito factível e razoável. É diferente de considerá-las Unidades de Conservação, porque disse bem o Deputado que nós temos uma questão conceitual que acaba sendo importante, mas na condição de área protegidas, por que não? Os dados estão já revelando que são efetivamente áreas protegidas. Elas são protegidas, porque a principal estratégia de proteção é o uso, que, aliás, é um dos princípios, dos



conceitos e das práticas da própria CDB — Convenção de Diversidade Biológica —, o uso como estratégia para conservação, em unidades de conservação e também em outras áreas protegidas. Então, entendo que sim.

Entretanto, é importante considerar também que é necessário termos áreas de proteção integral no País, e não só consolidar as que estão criadas, como ampliá-las. Vou dar apenas um indicador para justificar. Até ano passado, nós tínhamos 720 espécies na famosa lista vermelha de espécies ameaçadas. Editamos e lançamos a nova lista, e esse número simplesmente duplicou, porque ela ampliou também o nosso conhecimento sobre a situação das espécies — não necessariamente houve uma fragilização, digamos assim, da proteção. São mais de 1.200 espécies ameaçadas de extinção, e o dado positivo é que pelo menos 60% delas estão protegidas nas Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Então, só por aí, apenas para ilustrar com um indicador, nós teremos que proteger pelo menos mais 40% dessas espécies que estão ameaçadas e não têm pelo menos esse mecanismo da criação de Unidades de Conservação, que não é o único, mas é o mais importante e o mais eficaz. Dessa forma, é necessário conciliar um movimento duplo: ampliar as áreas protegidas, as unidades de uso sustentável, atendendo ao pleito das comunidades tradicionais, em todos os biomas brasileiros, mas também avançar em relação àquelas áreas prioritárias para a conservação, que estão estabelecidas por mecanismos legais e que enfrentam, sim, dificuldades.

Eu faço apenas, como última consideração, um contraponto, sem deslegitimar o argumento da Nurit, que acusou aqui uma interrupção do processo de criação de Unidades de Conservação. Ela certamente usou a expressão para marcar e chamar a atenção, mas é sabedora de que nós não interrompemos o processo.

Quanto ao ritmo, sim, houve uma desaceleração, é verdade, mas nós criamos no ano passado um conjunto importante de Unidades de Conservação. A Ministra Izabella tem como meta, agora mesmo, para o próximo Dia Mundial do Meio Ambiente — evidentemente, depende de a própria Presidenta da República receber as propostas —, oferecer à Presidenta a possibilidade de criar mais um conjunto expressivo de unidades de conservação, até porque nós recebemos, do Programa Terra Legal, mais de 5 milhões de hectares de glebas públicas de domínio da União,



destinadas à criação de unidades de conservação e outros usos na área ambiental. Estamos ultimando os esforços aí.

Deputado Jordy, até em consideração à sua contribuição para este debate, eu queria fazer aqui um registro. Quando V.Exa. se refere ao desmatamento da Amazônia, nós temos um reconhecimento — digo "nós" não apenas da parte da área ambiental, mas acredito que também da de outros órgãos vinculados e de liderança — de que caminhamos para um esgotamento das formas tradicionais de controle do desmatamento. Não é mais suficiente apenas a fiscalização, o comando e controle, essa punição. Em que pese a necessidade de se ampliar inclusive esse mecanismo, ele é insuficiente.

O que vai, em definitivo, vencer o desafio do desmatamento é o fato de nós realmente construirmos, especialmente no caso da Amazônia, um projeto de desenvolvimento para ela. O último grande esforço nesse sentido, liderado pelo então Ministro Mangabeira Unger — hoje outra vez Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos — precisa, no meu modo de ver, assim como no contexto de uma política nacional de ordenamento territorial, ser colocado com ênfase, porque é disso que se trata. Não haverá enfrentamento definitivo do desmatamento sem uma nova base tecnológica compatível com a economia...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Permita-me interromper por só 30 segundos.

O SR. ROBERTO VIZENTIN - Claro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu sei que nós já estamos atrasados.

O problema é que isso precisa ser traduzido numa decisão política. E eu não diria que essa decisão política, esse conceito precise ser uniformizado no Governo, porque se trata de um Governo de vários olhares, este e qualquer outro, mas precisa haver uma hegemonia conceitual, uma predominância conceitual, para que isso se traduza em orçamento, em presença do Estado, por uma série de coisas.

Eu concordo integralmente... Inclusive, acho que o Ministro Mangabeira é uma das poucas pessoas que, do ponto de vista estratégico, pensa de forma a dar alguma contribuição. Eu quero fazer esse registro. Agora, nós precisamos definir o foco, porque, veja bem, Vizentin — e eu quero aqui reconhecer o seu esforço, do



ICMBio, do Governo e da Ministra Izabella —, há uma dualidade conceitual, há um conflito além da conta, que trava o processo.

Eu vou dar um exemplo simbólico no nosso Estado do Pará. A prisão do Ezequiel Castanha, salvo engano, foi decretada no mês passado. Não precisa ser Deputado. Qualquer cidadão medianamente informado, Deputado Nilto Tatto, sabe o histórico do Sr. Jorge Castanha. O Sr. Ezequiel Castanha responde a 37 processos por crimes previstos no Código Penal brasileiro e foi preso um dia desses por conta de um esforço inédito da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Secretaria de Meio Ambiente — SEMA. Reuniram-se os órgãos que representam o Estado e resolveram: “*Vamos parar com essa brincadeira.*” Há quanto tempo isso já poderia ter sido feito? E sabe por que não o fizeram? Porque não tem gente, não tem presença do Estado. V.Exa. sabe quantos técnicos do IBAMA tem hoje o Estado do Pará para fazer a fiscalização de 1 milhão e 250 mil quilômetros quadrados de terras com conflitos diários de manhã, de tarde e de noite? São 16 técnicos — isto foi dito numa audiência pública 15 dias atrás. Isso tudo, conceitualmente, é muito bacana, é muito bonito, mas se essa hegemonia conceitual sobre o que fazer, sobre o olhar estratégico e, portanto, do foco não tiver uma tradução concreta, nós vamos ficar aqui...

Olha, eu me desafio todos os dias a acordar otimista, mas a gente acaba se frustrando diante de exemplos como esse do Ezequiel Castanha. O Ezequiel Castanha poderia estar preso há 10 anos, há 20 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor me permite? Um por cento das multas apenas. Ele deve mais de 20 milhões.

O SR. ROBERTO VIZENTIN - São 37 processos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Então, há realmente muitos ajustes.

O SR. ROBERTO VIZENTIN - Aí, assim, qualquer pessoa lá na região do oeste do Pará, em Novo Progresso, em Itaituba, etc., sabe onde ele mora, onde frequenta, qual é o bar, qual é o endereço da mulher, do filho. Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Vamos ouvir a nossa querida Nurit.

A SRA. NURIT BENSUSAN - Bom, vou ser breve. Em primeiro lugar, eu queria dizer o seguinte: eu também faço esse exercício de acordar otimista. A minha



divisa no momento é pessimismo na análise e otimismo na ação, porque não dá para não fazer uma análise pessimista, pois a situação é realmente muito grave, mas também não dá para nos sentirmos imobilizados por essa análise tão pessimista.

Eu queria fazer breves pontuações sobre o que o Vizentin acabou de falar. Primeiro, o Vizentin é um sujeito extremamente otimista e é por isso que ele pode estar na Presidência do ICMBio.

Temos várias coisas interessantes. O Deputado Nilto Tatto levantou a questão do uso público da visitação. Temos inúmeros parques nacionais fechados no Brasil e não conseguimos ampliar essa visitação historicamente. As pessoas não sabem que o Corcovado está dentro de um parque nacional, não sabem que Foz do Iguaçu é um parque nacional, elas vão lá e nem sabem. Então, temos uma estrada enorme ainda nesse tema da visitação.

Outra coisa que o Nilto Tatto levantou e é muito relevante é essa história do conflito com as comunidades. Nós enfrentamos, ainda hoje, dentro do ICMBio, um racismo, um preconceito contra essas comunidades. As comunidades não são vistas como aliadas por muitos dos gestores das Unidades de Conservação. Lamento, mas é assim que funciona. Então, ainda precisamos ultrapassar essa barreira do preconceito e do racismo contra essas comunidades. E aí talvez a ideia do INCRA se aproxime dessa ideia de que seus assentamentos podem ser reconhecidos como Unidades de Conservação ou como partes de um sistema de Unidades de Conservação, com o nome que se quiser dar. Isso também é muito bem-vindo.

Realmente, o Roberto Vizentin tem toda razão quando diz que nós precisamos de uma política de ordenamento territorial, mas também o Deputado Arnaldo Jordy tem toda razão, pois não conseguimos sair dessa dualidade de como funcionam muitas coisas no Governo, inclusive nessa ideia de conservação e desenvolvimento.

Por fim, não vou me alongar, mas apenas queria dizer que eu espero que nós consigamos superar essa maldição que descrevi em minha apresentação: a maldição de o Brasil acreditar que só consegue se desenvolver livrando-se da sua natureza exuberante, como se o nosso passaporte para o futuro exigisse acabar com a nossa biodiversidade. Eu acho que enquanto não superarmos essa ideia,



essa maldição, o futuro das Unidades de Conservação e das áreas protegidas neste País vai ser sombrio, e o nosso também. Mas, como eu disse, pessimismo na análise e otimismo na ação!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - O Deputado Nilto Tatto está pedindo a palavra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Serei breve, apenas porque houve a provocação. Eu partilho dessa angústia, mas precisamos entender que é o Estado em disputa, disputa inclusive de recursos do Estado, e também que o Governo é a fotografia deste Congresso. O mais desesperador é que este Congresso atual é muito mais conservador, nesse aspecto, para poder pensar esse Brasil outro que nós queremos construir. Eu acredito que, se há disputa, nós temos que fazer a diferença também no movimento social e juntar forças com quem está aqui dentro, mas também na sociedade, para disputarmos e para que os recursos venham para o nosso lado, para a nossa perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Agradeço.

O Cretã quer agradecer.

O SR. ROMANCIL GENTIL CRETÃ - Obrigado e fiquem com Deus. A APIB está à disposição para as próximas audiências e para ajudar a construir essa proposta da audiência. Nós temos a preocupação de que a coisa aconteça e de que não seja apenas mais uma audiência. Os maiores interessados são aqueles que vivem da terra, principalmente aqueles que têm amor pela floresta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmilson Rodrigues) - Falamos de futuro. Fizemos uma análise pessimista, mas apontamos para o futuro com alegria. Otimistas porque "*Tudo que é sólido desmancha no ar*", lembrando Marx no *Manifesto Comunista*, e porque a barbárie de hoje não vai ser também dissolvida no ar para que o futuro sustentável de verdade possa acontecer.

Para cumprir a formalidade, a partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão a dispor dos interessados na Internet, na página da Comissão de Meio Ambiente, no *link* Audiências Públicas.



Agradeço a presença dos convidados, Parlamentares e demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Declaro encerrada esta audiência pública.

Boa tarde a todos.